

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.040 - RJ (2019/0226901-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : MARCOS HELVÉCIO REGUEIRA PINTO DE SOUZA
ADVOGADO : NEY MARCOS RANGEL RIBEIRO E OUTRO(S) - RJ025855
AGRAVANTE : AMILTON RODRIGUES MARCHETE
ADVOGADOS : MARCOS HELVÉCIO REGUEIRA PINTO DE SOUZA E OUTRO(S) - RJ029297
ANA VALERIA GARCIA DOMINGUES DOS SANTOS - RJ094479
AGRAVADO : UNIMED NOROESTE FLUMINENSE - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/2015) interposto por MARCOS HELVÉCIO REGUEIRA PINTO DE SOUZA contra decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal.

O apelo extremo, a seu turno, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fls. 155 e-STJ):

Apelação Cível. Execução de honorários contratuais. Parte adversa que não possui obrigação para com o patrono da parte vencida. Execução de título extrajudicial fundada em supostos créditos decorrentes de contrato de honorários firmado entre patrono e ex-cliente em ação anterior. Pretensão de responsabilizar a parte adversa, ao pagamento dos referidos honorários, que não encontra amparo jurídico. Narrativa da inicial que não condiz com a realidade dos fatos. Manutenção da sentença que indeferiu a inicial. Recurso desprovido.

Em suas razões de recurso especial (fls. 170-176 e-STJ), o recorrente aponta violação aos arts. 186, 187, 275, 942, do Código Civil; 5º, 8º, 276, do Código de Processo Civil de 2015; 24, § 1º, da Lei nº 8.906/1994, além de dissídio jurisprudencial, sob os seguintes argumentos: a) "*deferida a execução de honorários nos mesmos autos com o bloqueio da verba necessária e, depois, não tendo durante todo o procedimento de execução sido quitados os honorários contratuais, a recorrida não ficou liberada de responder solidariamente por esta dívida*"; b) existência de nulidade absoluta; e c) ofensa aos princípios da boa-fé objetiva e da legalidade.

Não foram apresentadas contrarrazões.

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, sob o fundamento da incidência do óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Daí o agravo (fls. 218-223 e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a parte insurgente refuta os óbices aplicados pela Corte estadual.

Não foi apresentada contraminuta.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Decide-se.

O presente recurso não merece prosperar.

1. De início, no tocante à apontada violação aos arts. 186, 187, do CC; 5º, 8º, e 276, do CPC/2015, incide, na espécie, o Enunciado n. 282, da Súmula do STF, ante a ausência de prequestionamento, porquanto não tiveram o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

2. No mais, cinge-se a pretensão recursal na alegação da existência de responsabilidade solidária da parte recorrida pelo pagamento de honorários contratuais devidos ao recorrente por terceira pessoa.

No particular, assim decidiu o Tribunal de origem (fls. 157-161 e-STJ):

O imbróglio que originou a presente ação teve origem na sentença prolatada nos autos da ação no 0000485-11.2001.8.19.0050 e, **pela simples narrativa da inicial, é de difícil compreensão**, sendo necessária uma melhor avaliação dos fatos ocorridos naquela ocasião.

Ainda no ano de 2001, o Sr. Amilton Marchete precisou ajuizar uma ação contra a Unimed Noroeste, aqui apelada, a fim de cobrar reparação moral e material por problemas que enfrentou com a cobertura de seu plano de saúde.

Naquela ocasião, o apelante figurava como advogado do autor da ação, com o qual firmou um contrato de honorários estipulando que receberia 30% do benefício econômico obtido por seu cliente com a demanda (fls. 50).

A sentença de procedência naquela ação condenou a aqui apelada Unimed Noroeste Fluminense ao pagamento de R\$ 5.912,59 (cinco mil, novecentos e doze reais e cinquenta e nove centavos) a título de danos materiais, além da quantia correspondente a cem salários mínimos a título de danos morais. Posteriormente, o autor deu início à fase de execução, apresentando planilha de débito no valor de R\$ 92.198,27 (noventa e dois mil, cento e noventa e oito reais e vinte e sete centavos), já considerando os valores referentes aos danos materiais e morais, além das custas processuais, honorários advocatícios em fase de conhecimento e em fase de execução. Este valor cobrado foi devidamente depositado em juízo pela Unimed, aqui apelada, que, conjuntamente, apresentou sua impugnação ao cumprimento de sentença, alegando excesso na execução.

Ato contínuo, o Sr. Amilton Marchete apresentou instrumento de revogação do mandato conferido ao apelante, e apresentando procuração constituindo novo advogado. Por tal motivo, o apelante peticionou naqueles autos requerendo o bloqueio do valor de R\$ 45.631,91 (quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e um reais e noventa e um centavos) que estavam depositados em favor do seu cliente e corresponderiam ao montante total dos honorários contratuais e de sucumbência, somados.

Esse bloqueio foi devidamente deferido pelo MM. Magistrado daquela ação em fls. 52 e, posteriormente, desbloqueado em fls. 55, sob a fundamentação de que o apelante não teria promovido a competente execução de honorários.

Superior Tribunal de Justiça

Ao mesmo tempo, o Magistrado deferiu o levantamento desse valor pelo autor, considerando-o incontroverso, já que o restante do valor depositado era objeto de impugnação pela Unimed. E é exatamente aqui que o apelante omitiu fatos importantes para o deslinde da execução que ajuizou.

Em seu recurso de fls. 135/142, o apelante tenta fazer crer que o autor daquela ação apenas havia levantado o valor de R\$ 45.631,91 (quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e um reais e noventa e um centavos) porque o restante seria o valor correspondente aos seus honorários, e que o levantamento feito pela Unimed posteriormente teria sido ilegal, já que o valor pertenceria ao apelante.

Para melhor compreensão, vale a transcrição de parte do recurso de apelação: (...).

Ocorre que o valor que permaneceu depositado em juízo não havia sido deixado na conta pelo Sr. Marchete para pagamento dos honorários. Eles foram deixados na conta judicial porque eram controversos, já que a Unimed havia apresentado impugnação ao cumprimento de sentença sustentando que esse valor estaria sendo cobrado em excesso. E, com a juntada dos cálculos elaborados pelo contador judicial, o Magistrado acabou por acolher a impugnação e determinar o levantamento pela Unimed da quantia depositada em excesso, qual seja, R\$ 41.030,21 (quarenta e um mil, trinta reais e vinte e um centavos).

Ou seja, o valor levantado naqueles autos pela Unimed não pertencia ao apelante, e sim à própria Unimed, correspondente ao excesso de execução reconhecido pelo contador judicial.

Assim, não há qualquer razão para reconhecer a solidariedade da Unimed ao pagamento dos honorários contratuais firmados entre o apelante e o Sr. Amilton Marchete, uma vez que a apelada não participou da relação contratual, e depositou corretamente o valor dos honorários de sucumbência na ação no 0000485-11.2001.8.19.0050.

Assim, se o apelante entende que tem direito ao recebimento de honorários contratuais, deve cobrá-los diretamente de seu cliente, com quem firmou tal obrigação, não tendo a parte adversa qualquer responsabilidade quanto a isso. O mesmo se diga dos honorários de sucumbência, já que a Unimed efetuou corretamente o depósito junto com as demais rubricas da condenação.

Observa-se aqui que o apelante não ajuizou a ação contra o seu então cliente, Sr. Amilton Marchete, porque não considerou conveniente, já que confessou na inicial que entendia ser a obrigação solidária entre o Sr. Amilton e a Unimed, não havendo que se falar aqui em erro do exequente na indicação do polo passivo da demanda.

Dessa forma, não merece qualquer reparo a sentença que indeferiu a inicial por reconhecer a ilegitimidade passiva da apelada, já que não possui qualquer obrigação ao pagamento dos honorários firmados entre o apelante e seu cliente. [grifou-se]

Como se vê, o Tribunal de piso, a partir do exame do conjunto probatório dos autos, manteve a sentença de improcedência do pedido inicial, reconhecendo a ilegitimidade passiva da parte recorrida, por não possuir qualquer obrigação com o pagamento dos honorários firmados entre o ora recorrente e seu cliente.

Para derruir as conclusões a que chegou o órgão julgador e acolher o inconformismo recursal, segundo as alegações vertidas no apelo extremo, seria imprescindível o revolvimento da matéria fática e probatória, providência vedada na via estreita do recurso especial, ante aos óbices estabelecidos pelas Súmulas 5 e 7 desta

Superior Tribunal de Justiça

Corte.

Nesse sentido, citam-se:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. COBRANÇA. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS. COMPROVAÇÃO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. PROVA PERICIAL. DESCABIMENTO. AVALIAÇÃO DO IMÓVEL. NECESSIDADE DE PERÍCIA ESPECIALIZADA. NOVA AVALIAÇÃO NA ORIGEM. RECURSO DESPROVIDO. 1. A questão acerca do cumprimento do contrato tem como base a interpretação das cláusulas contratuais, ou seja, se com a adjudicação do imóvel a obrigação estaria satisfeita, ou seria necessário o recebimento dos frutos gerados pelo referido bem para tal fim. 2. As instâncias ordinárias entenderam ter sido o contrato inteiramente cumprido com a expedição da carta de adjudicação em favor da agravante. Inexiste, portanto, necessidade da realização de perícia para a solução da questão. 3. Nessa linha, para alterar a conclusão da Corte estadual acerca do cumprimento do contrato, quer pela regularidade da adjudicação, quer por sua suficiência, seria necessário o revolvimento de fatos e provas, bem como a interpretação de cláusula contratual, providências que encontram óbice nas Súmulas 5 e 7/STJ. 4. (...). 6. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1.152.687/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 13.09.2016, DJe 30.09.2016) [grifou-se]**

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. **AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE CONTRATO.** 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. 2. **DUPLICATAS RELATIVAS ÀS PEÇAS ENTREGUES. EXIGIBILIDADE DAS FATURAS RECONHECIDA. ALTERAÇÃO. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ.** 3. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PUBLICADA QUANDO AINDA ESTAVA EM VIGOR O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. 4. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. O Tribunal de origem dirimiu as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional. 2. **O Tribunal de origem, interpretando as cláusulas contratuais e analisando o acervo fático-probatório dos autos, concluiu pela exigibilidade do título apresentado, de forma que alterar esse entendimento encontra óbice nas Súmulas 5 e 7 do STJ.** 3. O recurso especial foi interposto contra decisão publicada quando ainda estava em vigor o Código de Processo Civil de 1973 não cabendo a majoração dos honorários advocatícios. 4. Agravo interno parcialmente provido para afastar a majoração dos honorários advocatícios. (AgInt no Resp 1.582.817/SE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 05.12.2017, DJe 15.12.2017) [grifou-se]

Inafastável, no ponto, a incidência das Súmulas 5 e 7/STJ.

3. Do exposto, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ,

Superior Tribunal de Justiça

nega-se provimento ao agravo. Deixa-se de majorar os honorários sucumbenciais, com base no art. 85, § 11, do NCPC, ante a ausência de fixação na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

